



CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: uma incursão crítico-reflexiva sobre a temática

*Cecilia Maria Mourão Carvalho*¹

*Isa Mourão Carvalho*²

Eixo temático: 5 Alfabetização e Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar como o desenvolvimento da consciência fonológica em educandos jovens, adultos e idosos, em fase de alfabetização, contribui para a apropriação do sistema de escrita alfabético. Trata-se de um estudo qualitativo com base em pesquisa bibliográfica, a partir das aproximações entre a educação e a fonoaudiologia educacional. O referencial teórico utilizado envolve as contribuições de Freire (1997, 2001), Soares (2004, 2014, 2020), Morais (2019), Cagliari (1997), Alves et al (2020), Santana et al (2022), dentre outros. Das interlocuções entre a educação e a fonoaudiologia educacional, depreende-se que o campo da alfabetização tem muito a agregar dos estudos decorrentes das ambas as áreas, uma vez que a maior parte das práticas alfabetizadoras na EJA, ainda não incorporaram conhecimentos advindos de outros campos de conhecimento, como da linguística. É urgente a perspectiva do direito à alfabetização, a partir do ensino sistemático da escrita alfabética, para superar, além do analfabetismo absoluto, também o analfabetismo funcional que agravou no pós-pandemia.

Palavras-chaves: Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos; Consciência Fonológica; Fonoaudiologia educacional.

¹Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus I. Docente na UNEB – Campus X. Coordenadora Pedagógica na Educação Básica de Mucuri BA. Contato: cmourao@uneb.br

²Mestranda em Ciências Fonoaudiológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG. Contato: isamouraoc@gmail.com

1 Introdução

A alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra. (FREIRE, 1997, p. 30)

A alfabetização continua sendo um dos maiores desafios da educação brasileira e a superação do analfabetismo, uma das metas prioritárias do Plano Nacional de Educação, Lei 13005/2014 (BRASIL, 2014). Dados do IBGE/PNAD (2019) apontam o analfabetismo numa parcela de 6% da população brasileira acima de 15 anos, o que corresponde a 11 milhões de brasileiros/as que ainda não apropriaram do sistema de escrita alfabética.

Nesse contexto, a região Nordeste tem a taxa quatro vezes maior que a média das demais regiões, 13,9% de analfabetismo. O percentual de analfabetos é maior entre os mais velhos. Nove em cada 10 analfabetos têm 40 anos ou mais de idade (89%), e pouco mais da metade (54,8%) é de idosos (60 anos ou mais).

Esse dado diz respeito ao analfabetismo absoluto, condição daqueles que não sabem ler e escrever um bilhete simples. O presente trabalho não engloba a discussão do analfabetismo funcional, termo intermediário entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e uso social da leitura e da escrita, que constitui um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à sobrevivência nas sociedades letradas. (RIBEIRO, 1997).

A partir dos anos de 1980 as contribuições das teorias dos campos da psicologia e linguística começaram a chegar como suporte para a alfabetização, mudando o foco de ensino dos métodos de alfabetização para o foco na aprendizagem do sistema de escrita alfabética. Nesse sentido, a compreensão de que a escrita alfabética representa os sons da língua, sua apropriação pelos alfabetizandos contempla inevitavelmente a consciência fonológica (MORAIS, 2019).

A partir dessas problematizações emergem as questões desse trabalho. Quais habilidades fonológicas os alfabetizandos da EJA já têm desenvolvidas? Como o trabalho com a consciência fonológica pode contribuir para o aprendizado da escrita alfabética e da leitura na EJA? Como as práticas de alfabetização de adultos podem incorporar o trabalho com a consciência fonológica a fim de promover a apropriação da base alfabética?

O presente estudo, de caráter exploratório, se utiliza da pesquisa bibliográfica, uma vez que esta possibilita a utilização de dados dispersos em várias publicações, auxiliando na definição dos conceitos que envolvem a abordagem do tema. A partir da leitura crítico-interpretativa, foram levantadas as contribuições dos autores para o tema em estudo. A análise e interpretação dos dados contém a reflexão realizada a partir do referencial teórico, num esforço para efetivação de uma interlocução crítica com o material bibliográfico.

2 Alfabetização de jovens, adultos e idosos: contribuições do campo da educação e da fonoaudiologia educacional

Quando se busca um sentido para a alfabetização no fazer pedagógico, deve-se pensar em formas de integração de saberes, pois são diversos campos de conhecimento que contribuem para o processo de alfabetização, colocando o foco em uma parte do processo de aprendizagem da língua escrita, como a psicologia cognitiva, a psicogênese, fonologia, linguística textual, contexto sociocultural e outros. Não existe uma homogeneidade nos sentidos que são dados à alfabetização, pois há múltiplos saberes. (SOARES, 2014)

Uma vez que o processo de alfabetização engloba conhecimentos de vários campos científicos, quanto mais os educadores se apropriarem desses conhecimentos, mais condições terão de alfabetizar. Assim, o conhecimento da realidade linguística compreendida no processo de alfabetização é imprescindível ao processo de ensino. (CAGLIARI, 1997).

O esforço de conjugar as perspectivas histórica, linguística e psicogenética, sobre as relações entre as modalidades oral e escrita das línguas, contribui para explicações mais apropriadas para o papel das habilidades de consciência fonológica no complexo processo de apropriação do sistema notacional alfabético. (MORAIS, 2019)

A consciência fonológica é situada no conjunto de habilidades metalinguísticas e conceituada como a capacidade de refletir sobre os sons da fala e manipulá-los, abrangendo a consciência de sílabas, rimas, aliterações, unidades intrassilábicas e fonemas. Nessa acepção, deve ser compreendida como um conjunto de habilidades que podem ser avaliadas e desenvolvidas e não como uma entidade única. Ela é um conjunto de sub-habilidades com evolução constante, sendo elas: consciência da palavra, consciência de aliteração e rima, consciência silábica e consciência fonêmica (MOOJEN et al., 2003; ALVES et al., 2020).

Soares (2004) apresenta algumas facetas de aprendizagem da língua escrita. Dentre elas, a faceta linguística que corresponde à representação visual da cadeia sonora da fala, designada de alfabetização, e as facetas interativa e sociocultural que correspondem ao letramento. A alfabetização é compreendida como o processo de aprendizagem do sistema alfabético e de suas convenções, sistema que representa os fonemas da fala por meio de grafemas (SOARES, 2014).

As fragilidades da formação de educadores para atuação na Educação de Jovens e Adultos são uma realidade no Brasil (SOARES, 2007), assim como dos profissionais que poderiam auxiliar na tarefa da alfabetização. Santana et al (2022) discutem a formação do fonoaudiólogo para atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sobretudo nos processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Apontam uma formação restrita

e a carência de preocupação quanto às ações fonoaudiológicas relacionadas aos jovens e adultos no contexto educativo. A maioria dos Fonoaudiólogos estão voltados para a educação de crianças na fase da alfabetização, surgindo a necessidade de um saber específico para trabalhar com o público da EJA (SANTANA et al, 2022).

A fonoaudiologia educacional, segundo a Resolução CFFa nº 387, de 18 de setembro de 2010 do Conselho Federal de Fonoaudiologia, trata-se de uma especialidade da Fonoaudiologia. A amplitude do trabalho do fonoaudiólogo educacional cobre a atuação em espaços educacionais formais e não formais, desenvolvendo ações de promoção e prevenção que favoreçam e oportunizem o processo de ensino-aprendizagem e das práticas pedagógicas. Todo processo é realizado em parceria com os agentes envolvidos nesse processo educacional.

No estudo de Michelino e Macedo (2021) as habilidades de reflexão fonológica, nomeação automática rápida e leitura, foram avaliadas em adultos analfabetos funcionais. Quanto à consciência fonológica, os participantes apresentaram dificuldades em tarefas que envolviam a manipulação de fonemas. Dessa forma, o baixo desempenho dos analfabetos funcionais nas tarefas fonêmicas, pode ter sido influenciado pela pouca experiência com a leitura. (MICHELINO e MACEDO, 2021)

A pesquisa de Massi et al (2010) discute as práticas de letramento no processo de envelhecimento. Os resultados alcançados revelam um acesso restrito da população idosa à linguagem escrita, pois a maioria não conseguiu extrair informações apresentadas em textos simples que circulam socialmente. Concluem ressaltando a necessidade de políticas públicas que garantam a promoção de práticas de letramento junto a pessoas em processo de envelhecimento, como condição de efetivação da cidadania ao idoso.

Tem-se a percepção de que a consciência fonológica não é panaceia para os problemas de alfabetização, porém reconhece-se que a escrita alfabética precisa ser tratada como um objeto de conhecimento em si. Isso exige um ensino sistemático que inclui a promoção da consciência fonológica, portanto, desenvolver habilidades de consciência fonológica constitui condição obrigatória para que se avance no aprendizado do sistema de escrita alfabético (MORAIS, 2019).

3 Implicações do estudo da consciência fonológica sobre o processo de alfabetização e letramento

Em todas as suas faces, o analfabetismo configura como um grave indicador de que estamos distantes da garantia da universalização do direito à educação para todos. Na

história da educação brasileira, esteve equivocadamente associado aos conceitos de doença, erva daninha, incapacidade, ignorância, servindo para estigmatizar os analfabetos e culpabilizá-los, desvinculando o fenômeno das condições sociais injustas vivenciadas pelas camadas populares em nosso país. (FREIRE, 2001; FERRARO, 2004, 2014; ARROYO, 2007).

Pensar a alfabetização, nesse contexto, demanda construções que contribuam para políticas que se vinculem a um projeto político-econômico, que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo. É no contexto de exclusão e desigualdades, que O processo de alfabetização deve configurar-se como um rico processo de “potencialização dos historicamente condenados ao analfabetismo, sujeitos que vão construindo a sua autonomia no processo de alfabetização, tornando-se autoconfiantes e capazes de ler criticamente a palavra do outro e a escrever criativamente a sua própria palavra”. (GARCIA, 2004, p. 27)

Castedo e Torres (2011) mencionam que nos últimos 30 anos aconteceram mudanças importantes nas teorias de alfabetização e que essas têm afetado de formas diferentes as práticas de ensinar na América Latina, da mesma maneira que outras mudanças foram se sucedendo na cultura da escrita. Tais mudanças decorrem dos estudos de Ferreiro e Teberoski (1986), desde então, os estudos sobre a psicogênese da língua escrita, constituem um marco teórico no campo da alfabetização. Esses estudos romperam com a concepção da língua escrita como Código (ALBUQUERQUE, 2017).

Soares (2009) salienta que o ato de ler e escrever é a aquisição de uma tecnologia complexa, no qual exige tempo e diferentes métodos para guiar os alunos nesse processo. Com isto, pensar em alfabetizar é criar possibilidades para que todos possam se desenvolver cada um com sua singularidade, mas conjuntamente. Assim, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado a outro fenômeno a partir da década de 1990, o letramento. Segundo Soares (2009), o termo letramento surgiu em decorrência da necessidade de situar, nomear um novo fenômeno. Esse termo surge como tradução da palavra inglesa *literacy*, que se refere “a condição de ser letrado”. Ainda nessa perspectiva a referida autora afirma que:

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente. (SOARES, 2009, p. 37).

O letramento também está relacionado aos fatores sócio-históricos, relacionado ao desenvolvimento da sociedade. (Tfouni, 1988; Kleiman, 1995). “Em outras palavras, aprender o sistema alfabético de escrita é, contemporaneamente, conhecer e aprender seus usos

sociais: ler, interpretar e produzir textos. Não apenas alfabetizar, mas alfabetizar e letrar. Alfalettar.” (SOARES, 2020, p. 12).

Kleiman (1993, s. p) considera que ser analfabeto na atualidade tem o significado de estar à margem da sociedade tecnológica e burocratizada. “Essa situação periférica não afeta apenas as condições materiais de vida, mas se reflete também na diminuição das expectativas do analfabeto quanto às suas possibilidades de mudança e participação social”.

Sem esse domínio, a inserção no mundo letrado se realiza de forma parcial e esses sujeitos se veem alijados de seus direitos básicos, uma vez que a apropriação da leitura e da escrita possibilita o acesso a outros direitos.

4 Considerações Finais

O propósito que guiou a realização da pesquisa foi o de potencializar a alfabetização de jovens, adultos e idosos, de forma a instrumentalizar educadores e outros profissionais na tarefa da alfabetização e do letramento desse público que totaliza mais de 11 milhões de brasileiros/as.

Das interlocuções entre a educação e a fonoaudiologia educacional, depreende-se que o campo da alfabetização tem muito a agregar dos estudos decorrentes das ambas as áreas, sobretudo no tocante à faceta linguística da alfabetização. Embora a habilidade de consciência fonológica não seja suficiente para os educandos se alfabetizarem, sem ela será improvável que avancem no processo de aquisição do sistema alfabético de escrita.

Na atualidade os Programas de Alfabetização de adultos têm uma perspectiva aligeirada e a formação dos alfabetizadores é limitada em relação ao tempo e às propostas. Nas turmas regulares de EJA as professoras alfabetizadoras, em sua maioria, não se apropriaram dos conhecimentos advindos da linguística, como a consciência fonológica.

É urgente a perspectiva do direito à alfabetização, a partir do ensino sistemático da escrita alfabética, para superar além do analfabetismo absoluto, também o analfabetismo funcional que só agrava em nosso país, sobretudo no contexto de pós-pandemia.

Referências

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Conceituando alfabetização e letramento. In: FERRAZ, Carmi; MENDONÇA, Márcia (org.). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11 - 21

ALVES, Luciana Mendonça; PAULA, Danielle Diniz ; LODI, Debora Fraga. ; MOUSINHO, Renata . **Consciência fonológica** (e-book). 1. ed. Belo Horizonte: Kognos, 2020. v. 1. 20p.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio et al. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 19-50

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Conheça o Brasil, população, educação. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html> Acesso em: 06/05/2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

CASTEDO, Mirta; TORRES, Mirta. (2011). Panorama das teorias de alfabetização na América Latina nas últimas décadas (1980-2010). **Cadernos Cenpec**. São Paulo, v.1, n.1, p. 87-126, dez. 2011. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/40>. Acesso em: 23 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. RESOLUÇÃO CFFa nº 387, de 18 de setembro de 2010. Disponível em: https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_387_10.htm.

FERRARO, Alveu Ravello. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 111-126, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html> Acesso em: 06 de maio 2023.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKI, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1986.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001b.

GARCIA, Regina Leite. **Novos olhares sobre a alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KLEIMAN, Angela B. Exclusão social e alfabetização. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 97-107, dez. 1993. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 06 maio 2023.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela (Org). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61

MASSI, Giselle et al. Práticas de letramento no processo de envelhecimento. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, 2010; 13(1):59-71.

MICHELINO, Matheus Sant'Ana; MACEDO, Elizeu Coutinho. Consciência fonológica, nomeação automática rápida e leitura em adultos analfabetos funcionais. **CoDAS** 2021;33(1). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/codas/a/mLnQvxtyWMQs8V6MKS3Ktv/?lang=pt#> Acesso em 04 de abril de 2023.

MOOJEN, Sônia et al. **CONFIAS**: Consciência Fonológica Instrumento de Avaliação Sequencial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MORAIS, Arthur Gomes de. **Consciência Fonológica na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação e Sociedade** 18 (60) • Dez 1997. p. 144-158. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/5pH848XC5hFCqph7dGWXrCz/?lang=pt> Acesso em: 07 de maio de 2023.

SANTANA, Ana Paula de O.; HARACEMIV, Sônia Maria C; DARDE, Aline Lin G. A formação do fonoaudiólogo para atuar na Educação de Adultos. In: CAPELLINI, Simone Aparecida et. al (orgs). **Tratado de Fonoaudiologia Educacional**. Belo Horizonte: Artesã, 2022. p 179-190

SOARES, Leôncio. Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio et al. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 273-289

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, 25, 5-17. 2004.

SOARES, Magda. Alfabetização. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (orgs). **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. Belo Horizonte: Contexto, 2020.

TFOUNI, Leda V. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas, SP: Pontes, 1988.